

# Educação Escolas no lugar errado

Nunca foi preciso tão pouco tempo para que os resultados das análises de um seminário internacional sobre a realidade brasileira se confirmassem. Em 50 dias as conclusões do encontro organizado pelo Banco Mundial com apoio da ONU, para avaliar a situação educacional brasileira, se transformaram em dados estatísticos oficiais. Na primeira semana de abril, o seminário do Bird dava como certo que os recursos para o setor Educação no Brasil existem, mas não são corretamente controlados nem bem destinados. Na última semana de maio, em curso sobre microplanejamento educacional em áreas urbanas, um professor da UnB — utilizando dados do MEC — mostrou que 45% das escolas construídas com financiamento do Banco Mundial no Estado de Pernambuco estão desativadas porque foram construídas em áreas de difícil acesso e onde não há alunos.

Não seria preciso repetir o que os técnicos do Banco Mundial talvez já estejam cansados de saber: os lugares em que mais se construíram escolas onde não havia alunos são exatamente aqueles em que, por exemplo, os índices de analfabetismo são os mais altos: dos 13,1 milhões de crianças nordestinas entre 4 e 14 anos, 9,2 milhões estão matriculados em escolas públicas. Quase 4 milhões de crianças, apenas na Região Nordeste, permanecem fora da escola, à espera de que um dia o governo acerte o lugar onde deve construí-las.

Enquanto isso, se 80% das escolas rurais nordestinas funcionam na casa das professoras — e, portanto, *não existem* burocraticamente, não constam das planilhas, permanecendo assim dispensadas de fato dos programas de apoio oficiais, sem merenda e sem livros —, um estudo do Ipea demonstrava que, notadamente no Nordeste, de cada Cz\$ 100 destinados à Educação em 1987 só Cz\$ 52 chegavam à sala de aula, perdendo-se o restante nos meandros burocráticos.

Tudo isso traz à lembrança o

dito, hoje lugar-comum, de que não há verbas para a Educação no Brasil. Talvez se deveria dizer que verbas inexistem nas salas de aula, mas não faltam nas disposições orçamentárias das secretarias da Educação — estaduais e municipais do Brasil inteiro —, para ser gastas conforme as necessidades impostas pelos interesses dos políticos favoráveis aos governantes de turno. De repente, não mais que de repente, bilhões estão disponíveis para quantos Ciepões (de feição rejuvenescida como preferem alguns) forem necessários, até que o povo se convença de que o poder se preocupa com Educação. Se essa preocupação acaba na construção de um outdoor pedagógico, pouco importa. Já no âmbito do ministro Carlos Chiarelli, que responde oficialmente pela Educação brasileira, um convite para que o presidente Collor presida à cerimônia que marca o início da fiscalização, por sorteio, dos 2.340 convênios assinados com prefeituras para uso das verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação parece suficiente para que se esqueçam as denúncias de liberação de verbas privilegiando bases políticas muito específicas no Sul do País, área em que o ministro garante que “não há maiores problemas”. Tudo fica bom quando acaba bem, sejam Cieps, sejam convênios para construir escolas. Menos, é claro, nas estatísticas oficiais, que serão conhecidas em alguns meses, confirmado, sem cerimônias, conclusões de seminários internacionais de quem nos empresta dinheiro. Até quando?

